



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO  
Avenida Aquidabã, 465 - Bairro Bela Vista - CEP 13015-210 - Campinas - SP - www.jfsp.jus.br

**ATA Nº 2361293/2016 - CAMP-DSUJ/CAMP-NUAR**

**PAUTA**

Reunião por videoconferência com o Polo III para Apresentação do Programa de Gestão e Inovação, e da metodologia para levantar os problemas e necessidades das Subseções

DATA: 29.11.2016

HORÁRIO: das 17 horas às 18 horas

**PARTICIPANTES**

Valter Antoniassi Maccarone	Juiz Federal Diretor da Subseção, em exercício	Campinas
Marcelo Duarte da Silva	Juiz Federal Diretor Subseção	Franca
Rosana Campos Pagano	Juíza Federal Diretora da Subseção	Piracicaba
Jatir Pietroforte Lopes Vargas	Juiz Federal Diretor Subseção	Catanduva
Cristina Motta Galvão	Diretora NUAR	Americana
Ana Paula dos Passos de Moraes	Diretora NUAR	Araraquara
Juracy Ferreira Alves	Diretora NUAR	Barretos
Carlos Alberto Gasparetto Gonçalves	Servidor	Barretos
Selmo Ricardo Dantas Fernandes	Diretor NUAR	Bragança Paulista
Claudiana Cereda Mayese	Diretora NUAR	Campinas
Elizandra Spurio	Diretora NUAR	Catanduva
Giane Malta da Silva Ravagnani	Diretora NUAR	Franca
Rogério Dias Cidade	Diretor NUAR	Limeira
Gustavo G. Pereira	Diretor NUAR	Piracicaba
Juliana Nunes da Costa e Silva	Diretora NUAR	Ribeirão Preto
Eduardo Manelli Rizzoli	Diretor NUAR	São Carlos
Adonis Ferreira	Diretor NUAR	São João da Boa Vista

A reunião foi aberta pelo Dr. Valter Antoniassi Maccarone, Juiz Federal Diretor da Subseção de Campinas em exercício e representante do Polo III. O Dr. Valter discorreu sobre os objetivos da reunião esclarecendo que está substituindo o Dr. Marco Aurélio, e como não participou da Reunião do CONGIP no dia 16.11.2016, a explanação sobre o Programa de Gestão e Inovação seria feita pela servidora Claudiana que esteve presente à reunião.

A servidora fez uma breve explanação sobre o Lançamento do Programa de Gestão e Inovação.

Abordou a Gestão da Inovação, a Gestão estratégica e Governança em rede. Mencionou a importância de um planejamento estratégico construído a partir das necessidades (PES – Planejamento Estratégico Situacional), a participação dos magistrados, serventários e demais integrantes do sistema judiciário na elaboração das propostas orçamentárias e planejamento estratégico, sobre as modalidades de participação e a importância da transparência em todo o programa.

Apontou os Atos Normativos do CNJ sobre o tema, quais sejam: Portaria 138/2013, Portaria 198/2014, Portaria 221/2016 e Portaria 97/2016.

Discorreu sobre a Resolução 26, de 07/07/2016, do TRF3 que dispõe sobre a Governança Colaborativa na 3ª Região e sobre a Portaria 10, de 31/05/2016, que instituiu o Programa de Gestão e Inovação. Mencionou também o Laboratório de Gestão e Inovação da Justiça Federal, um espaço físico onde magistrados e servidores buscarão soluções para problemas complexos, num trabalho de co-criação.

Na sequência explanou sobre a Portaria 23, de 13/10/2016, da Diretoria do Foro que instituiu a Rede de Governança Integrada e Participativa da Seção Judiciária de São Paulo. Falou sobre a formação do GABIN e do CONGIP, apontando a importância da integração das várias Secretarias na solução de problemas, bem como da participação de magistrados e servidores no levantamento de necessidades.

A servidora passou então a explicar o preenchimento da planilha de levantamento de necessidades. Frisou a importância de se colocar todas as necessidades com exceção de funcionários, não se preocupar com a categoria da despesa, colocar projetos e obras que ainda não foram executados. Destacou a importância do preenchimento da planilha e enfatizou que sua ausência resultará em exclusão do estudo-proposta para o orçamento de 2018.

Após o encerramento da explanação o Dr. Valter abriu para perguntas.

Juracy, de Barretos, falou sobre a construção do prédio para a Subseção, mencionou que já está previsto na LOA e perguntou se era o caso de colocar ou não este item na planilha de necessidades. Claudiana respondeu que, na dúvida, seria melhor mencionar. E, se for o caso, depois o núcleo competente em São Paulo fará a exclusão.

Dr. Marcelo, de Franca, perguntou sobre o nível de prioridade, como a pontuação deveria ser atribuída. Foi respondido que a atribuição da pontuação deveria ser pela ordem de prioridade e que o campo de justificativa poderia ser usado para explicar o grau de prioridade. Dr. Valter pontuou que também poderia ser feita uma justificativa acerca da prioridade.

Rogério, de Limeira, explanou sobre um problema no telhado do prédio do Fórum. Disse que já solicitou reparação ao proprietário e à Prefeitura, mas ambos declinaram. Questionou se deveria incluir o reparo na planilha de 2018. Foi informado que sim, mas Claudiana ponderou que o orçamento é para 2018 e que talvez o problema se agrave até lá. Sugeriu que ele poderia trabalhar em duas frentes: colocar na planilha de necessidades e falar com o Setor competente em São Paulo para avaliar a gravidade da situação.

Eduardo, de São Carlos, pontuou quanto ao problema de vincular a Subseção à proposta orçamentária, no que tange aos materiais permanentes. Isso poderia ensejar em planejamento equivocado. Ponderou que às vezes as pessoas acabam pedindo muito por não saberem quanto pedir. Claudiana respondeu que é difícil mesmo planejar, mas que é um exercício. Ela exemplificou falando sobre a realidade de Campinas, excluindo demandas que já foram atendidas, realizando médias anuais de alguns materiais que são utilizados anualmente pela Subseção e trabalhando com a vida útil de alguns itens.

Claudiana ressaltou a importância do Juiz Diretor repassar a planilha de necessidades para os demais Juízes da Subseção assim como dos Diretores de NUAR conversarem com os Diretores de Secretaria também.

Foi informado também o cronograma de atividades previstas até 15/02 quando haverá uma vídeoconferência para apresentação do Orçamento Programa Participativo.

Não havendo mais perguntas o Dr. Valter frisou que estamos todos aprendendo juntos e que todos têm dúvidas. Terminou dizendo que o programa é uma tentativa de impulsionar uma gestão e governança participativa, sublinhando que o conhecimento e sugestões dos Magistrados e Servidores são muito importantes para enriquecer os trabalhos e para que o mesmo surta o efeito desejado. Encerrou agradecendo a participação de todos.



Documento assinado eletronicamente por **Claudiana Cereda Mayese, Diretora do Núcleo de Apoio Regional de Campinas**, em 06/12/2016, às 16:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Elizandra Spurio, Diretora do Núcleo de Apoio Regional da Subseção Judiciária de Catanduva**, em 07/12/2016, às 10:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Selmo Ricardo Dantas Fernandes, Diretor do Núcleo de Apoio Regional de Bragança Paulista**, em 07/12/2016, às 11:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula dos Passos de Moraes, Diretora do Núcleo de Apoio Regional**, em 07/12/2016, às 11:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Adonis Ferreira, Analista Judiciário - Área Judiciária**, em 07/12/2016, às 12:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Geccherle Pereira, Diretor do Núcleo de Apoio Regional de Piracicaba**, em 07/12/2016, às 13:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rosana Campos Pagano, Juíza Federal Diretora de Subseção**, em 07/12/2016, às 14:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Valter Antoniassi MacCarone, Juiz Federal Diretor da Subseção Judiciária de Campinas, em exercício**, em 07/12/2016, às 17:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Manelli Rizzoli, Diretor do Núcleo de Apoio Regional**, em 07/12/2016, às 18:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Motta Galvão Galindo, Diretora do Núcleo de Apoio Regional de Americana**, em 09/12/2016, às 18:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Dias Cidade, Diretor do Núcleo de Apoio Regional de Limeira**, em 12/12/2016, às 19:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Nunes da Costa e Silva, Analista Judiciário - Área Judiciária**, em 09/01/2017, às 19:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giane Malta da Silva Ravagnani, Diretora do Núcleo de Apoio Regional de Franca**, em 20/01/2017, às 14:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Duarte da Silva, Juiz Federal**, em 08/02/2017, às 15:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2361293** e o código CRC **1BA88B7A**.